

A' ESPERA DUMA LEI

Há cêrca de dois anos que se fala numa lei que proteja e estimule a produção cinematográfica nacional.

De vez em quando, para não esquecer, volta a falar-se no assunto. Que o decreto há-de sair bom, completo, animador — é voz corrente. Que, mal êle surja estampado no «Diário do Govêrno», os capitalistas começarão a surdir de todos os cantos, e imediatamente se comprarão terrenos, levantarão estúdios e adquirirá material.

Há um lampejo de esperança no coração de quantos se interessam por estas questões de cinema; durante 24 ou 48 horas reina uma certa animação e nervosismo, mas...

... O tempo continua a correr, a crise de desemprego que avassala Portugal é enorme, e o almejado decreto não aparece. Razões fortes e ponderosas, sem dúvida, obrigam a comissão a demorar o seu aparecimento.

Ora, torna-se necessário saber ou relembrar uma coisa: que na América do Norte e na Alemanha a cinematografia é a segunda fonte de riqueza do Estado. E, no nosso país, além de fonte de receita, podia ser um meio de dar trabalho a milhares de braços que o não têm.

Lembre-mo-nos todos de que a cinematografia é uma arte e uma indústria a que muitas outras indústrias e artes estão ligadas.

Fomentá-la não é fácil; mas protegê-la é muito difícil.

Estamos certos que é daqui que provém a demora. Demora evitável, talvez, mas que tem origem num estudo pormenorizado e cauteloso, que permitirá começar a produzir com segurança.

Aguardemos, pois.